

Recebido em: 15/04/2024
Aprovado em: 19/04/2024
Publicado em: 06/08/2024

[TRADUÇÃO]

A DOCTRINA DO CAPITAL DE DAVID RICARDO

Por

Isaak Il'ich Rubin¹

Tradução

Rafael de Almeida Padial²

(rfpadial@gmail.com)

Resumo: Abaixo segue curto manuscrito que estava em duas cadernetas de estudo [de Rubin], escritas pelo acadêmico durante seu exílio em Aktobe, salvas para nós por sua irmã, sua filha Mariya e seu filho Valentin. O manuscrito é intitulado *A doutrina do capital de Ricardo*. Ele foi escrito durante 1936-1937 como uma espécie de ensaio no qual o acadêmico compara as visões dos dois excepcionais economistas ingleses – D. Ricardo e A. Smith – a respeito do capital. Parece que Rubin escrevia esse manuscrito para a sua própria satisfação; ele necessitava de uma válvula de escape, uma garantia de que era capaz de fazer pesquisa no exílio. Quanto a seu nível científico, o manuscrito tem literalmente o mérito e a profundidade de suas obras acadêmicas dos anos 1920. Ele sem dúvida chamará a atenção de economistas e historiadores como um registro final da atividade criativa de Rubin (Nota inicial da edição em inglês, por L. L. Vasina e Ya. G. Rokityanskii).

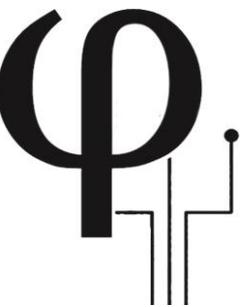
Palavras-chave: David Ricardo. Adam Smith. Economia Política. Karl Marx.

¹ Este texto foi traduzido da versão em inglês presente no site *marxists.org*. Ver em <<https://www.marxists.org/archive/rubin/ricardo-capital.htm>> (acesso em 8 de abril de 2024). O original em língua russa está em *Vestnik Rossiiskoi akademii nauk*, No. 8, 1992, pp. 144-152. Apesar de o tradutor para a língua inglesa ser desconhecido, a versão nessa língua foi supervisionada pelos especialistas L. L. Vasina e Ya. G. Rokityanskii.

² Doutor e Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3759104161090969>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5943-5613>.

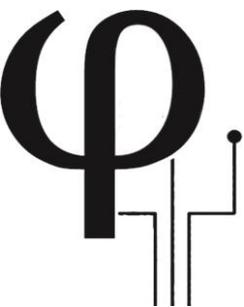


David Ricardo não adicionou nada à teoria do capital estabelecida antes dele por Adam Smith. Ricardo demonstra menos interesse que Smith pela natureza do capital justamente porque, em sua época, as relações capitalistas na Bretanha eram mais desenvolvidas do que em meados do século XVIII, quando as visões de Smith tomaram forma. Este viveu no período de transição do modo de produção manufatureiro. A relativa novidade das relações capitalistas não poderiam senão atrair a atenção do pensador. Como um arguto observador, ele rapidamente captou as peculiaridades do fenômeno econômico concreto. Elas levaram Smith a observar os traços característicos do capital enquanto distintos do fundo de consumo e a olhar as várias formas de capital, tais como o produtivo, o mercantil e o monetário [*money capital*].

Nos dias de Ricardo, as relações econômicas repousavam sobre o fundamento do capital, então já tomado como dado, aceito por todos e aparentemente inabalável. Em seu estudo, Smith citou fatos e deu traços vívidos para ilustrar a economia do artesão, do camponês e do pequeno comerciante. Em contraste com isso, Ricardo descreveu as condições sobre o pano de fundo monótono e incolor do capital. A atmosfera maçante do capital era inegavelmente onipresente, mas nunca propositalmente analisada. Ele não colocou a questão geral: o que é capital? Nem manifestou interesse pelas várias formas que o capital assume no processo de circulação.

Ricardo se concentrou no estudo do capital produtivo. Assim, evitou erros cometidos por Smith, o qual confundiu capital produtivo com capital mercantil. Mas as ideias de capital de Ricardo são muito mais opacas do que as de Smith. Elas na verdade se reduzem à enumeração de itens que demarcam o capital.

Dado que Ricardo focou a sua atenção no capital produtivo, ele naturalmente se referiu a meios de produção como encarnação do capital. Mas a lista de meios de produção não é sempre a mesma: é às vezes menor e às vezes maior. Ricardo enfrentou a questão da natureza do capital já no primeiro capítulo de sua obra, onde argumentou contra a tese smithiana de que o acúmulo de capital torna a lei do valor-trabalho inefetiva. Mas mesmo que essa tese seja errada, Smith pressentiu vagamente que com a emergência do capital a lei do valor-trabalho se manifestava numa forma diferente, mais complicada. Ricardo negligenciou completamente esse aspecto do problema, que não estava claro em Smith. Ricardo simplificou a polêmica substituindo a questão da acumulação de meios de produção pela questão da acumulação de capital. Isso permitiu a Ricardo provar



axiomaticamente que a expansão dos meios de produção não tornou a lei do valor-trabalho inefetiva. O custo das mercadorias era determinado pelo trabalho, significando que: “Não apenas o trabalho aplicado imediatamente às mercadorias afeta seu valor, mas também o trabalho empregado nos insumos, ferramentas e edifícios que assistem o trabalho”³, ou, noutras palavras, “necessários para a formação do capital, com a ajuda do quais é produzido”⁴.

Não devo tratar de como e em que medida Ricardo resolveu o problema de Smith nem de como e em que medida o “evadiu”. O que me interessa é que, na obra de Ricardo, o capital assume sobretudo a forma de implementos de produção [*production implements*]⁵. Depois ele também incluiu no capital as matérias primas, ainda que na maioria dos casos tendesse a ignorá-las. Na página seguinte, Ricardo colocou estoques de algodão no mesmo grupo categorial das máquinas que os produziam. Assim, ele estendeu o conceito de capital. Este compreendia todos os meios de produção “mortos” que contribuía no processo de produção junto com o trabalho direto, vivo.

Nessas reflexões acima sobre capital, Ricardo partiu de uma análise dos elementos que constituem o processo de produção fora de seu contexto capitalista. Tivesse ele mantido firme a posição de não incluir os meios de subsistência no capital, por não serem elementos do processo de produção! Mas ele sabia que o capitalista (não sem razão) considera os salários como parte de seu capital. Sendo os salários meios de subsistência expressos na forma de dinheiro, Ricardo, naturalmente, chegou à conclusão de Quesnay-Smith de que o capital também inclui os meios de subsistência dos trabalhadores. Ele delineou tal conclusão, embora contradissesse seu ponto de vista inicial. “O capital é a parte da riqueza de um país que é empregada na produção e consiste em comida, roupa, ferramentas, matérias primas, maquinaria etc. necessários para efetivar o trabalho”⁶.

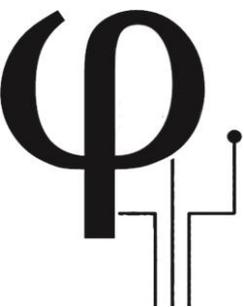
Assim, Ricardo inicialmente sustentou que capital compreendia acima de tudo implementos de produção, mas então estendeu a ideia para cobrir os meios de produção em geral. Por fim, disse que o capital abarcava tudo o que era necessário para o processo de produção, incluindo os meios de subsistência dos trabalhadores.

³ RICARDO, D., *On the Principles of Political Economy and Taxation, Works* (Cambridge University Press, 1983), capítulo I, iii, p. 22.

⁴ *Ibid.*, capítulo I, iii, p. 26.

⁵ “*Implements*” poderia ser traduzido como “instrumentos”, mas optamos pela literalidade do original. [Nota do Tradutor]

⁶ RICARDO, D., *On the Principles, op. cit.*, capítulo V, p. 95.

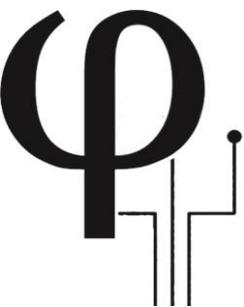


A linha de pensamento de Ricardo revelou que ele estava “atrasado” em relação a Smith no exame do capital. Ele tendeu a ignorar completamente a questão da natureza do capital. A atenção de Ricardo estava fixada nos componentes ou elementos materiais do capital e ele não deu sinal de entender – ou mesmo de pressentir vagamente – a natureza peculiar do capital gasto na contratação de trabalho. Assim como Quesnay e Smith, ele argumentou que os meios de subsistência dos trabalhadores – e não a força de trabalho viva, participante do processo de produção – eram a encarnação material do capital variável. Apontei acima que essa visão concorda totalmente com a teoria de Quesnay. Este acreditou que o valor criado pelo trabalho do operário é um valor modificado dos meios de subsistência consumidos pelo trabalhador. Isso não se aplica a Smith ou a Ricardo. Ao colocar os insumos [*inputs*] de capital na contratação de trabalho e na compra de algodão, Smith cometeu uma ofensa à sua própria teoria do valor-trabalho e à sua teoria de que o trabalho humano é o criador do novo valor. Ricardo cometeu ofensa ainda maior, pois formulou a teoria do valor-trabalho em termos muito mais explícitos do que Smith.

Compare a tese inicial de Ricardo com essa sua conclusão final. No começo, ele estimava que o custo de uma mercadoria era determinado não apenas pelo trabalho aplicado diretamente em sua produção, mas também pelo trabalho necessário para constituir o capital que ajudou na produção da mercadoria. Ricardo, portanto, assumiu que “Economia no uso do trabalho nunca deixa de reduzir o valor relativo de uma mercadoria, quer se poupe no trabalho necessário de manufaturar a própria mercadoria, quer no necessário à formação do capital, pela ajuda do qual [a mercadoria] é produzida”⁷. Noutras palavras, de acordo com Ricardo, qualquer mudança no custo de capital dos elementos materiais causaria uma mudança correspondente no custo do produto manufaturado com a ajuda desse capital.

Se Ricardo tivesse tirado mais conclusões dessa tese, ele teria refletido se os meios de subsistência dos trabalhadores poderiam ser considerados elementos materiais do capital ou um componente do mesmo. Uma resposta afirmativa significaria que um corte nos meios de subsistência (ou no “valor do trabalho”, para usar os termos de Ricardo e de outros economistas pré-marxistas) implicaria uma queda correspondente no custo do produto criado pelo trabalhador. Mas Ricardo atacou essa tese no primeiro capítulo do seu livro, em sua polêmica com Smith. Ele não teria evitado dificuldades, mesmo se

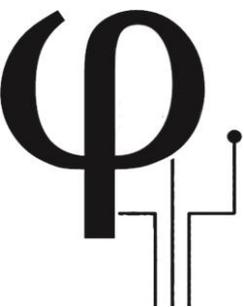
⁷ *Ibid.*, capítulo I, iii, p. 26.



tivesse substituído o “trabalho” do operário (como corporificação do capital) por seus meios de subsistência. Deveria ser mencionado que, de acordo com a teoria de Ricardo, uma mudança no “custo” do trabalho não provoca uma mudança correspondente no custo do produto manufaturado com a ajuda desse trabalho. Assim, se Ricardo tivesse pensado todos os detalhes da questão, ele teria se deparado com a seguinte disjuntiva: ou teria de admitir que os meios de subsistência dos trabalhadores (e, portanto, o “trabalho” cujo custo eles corporificam) não formam, à diferença das matérias primas e máquinas, uma parte do capital (pois uma mudança em seu custo não afeta correspondentemente o custo do produto do trabalho), ou teria de admitir que eles formam isso (embora fossem totalmente diferentes das matérias primas e máquinas, pois uma mudança em seu custo não causaria uma mudança correspondente no custo do produto).

Se Ricardo tivesse formulado a última conclusão ele teria efetivamente avançado na teoria do capital. Ele teria permitido aos economistas reconhecer a diferença fundamental entre os dois componentes do capital. Um traço distintivo de alguns elementos do capital, como matérias primas e máquinas, consiste em que uma mudança em seus custos afeta correspondentemente o custo do produto. Isso ocorre porque seu custo é apenas transferido ao do produto manufaturado. Em contraste com isso, uma mudança no custo dos outros elementos do capital (como o “trabalho” ou os meios de subsistência dos trabalhadores, como nomeado pelos economistas pré-marxistas) não implica uma mudança correspondente no custo do produto. Portanto, não se trata de simples transferência de um custo existente, mas de um processo no qual o trabalho cria novo valor.

Eu não diria que Ricardo quase descobriu a diferença fundamental entre capital fixo e variável (ou, talvez, que teria adquirido uma vaga compreensão disso). Ricardo não chegou a tanto. Se ele tivesse tirado a conclusão correta de sua tese de que mudanças no custo do “trabalho” (ou meios de subsistência dos trabalhadores) não afetam mudanças correspondentes no custo do produto, ele teria feito mais progressos, adquirindo uma compreensão correta da matéria. Assim como ocorreu com o sistema de Smith, a teoria do valor-trabalho de Ricardo era carente de uma conexão lógica adequada com a sua própria teoria do capital. A razão disso é de caráter dúplice. Primeiro: nem Smith nem Ricardo completaram as suas teorias do valor-trabalho. Eles também não removeram delas elementos pertencentes à teoria vulgar dos custos de produção. No começo, Ricardo opôs bruscamente o trabalho direto, vivo, aos meios de produção “mortos”. Depois, contra isso, agrupou os custos de “trabalho” com outros custos de produção, a saber,

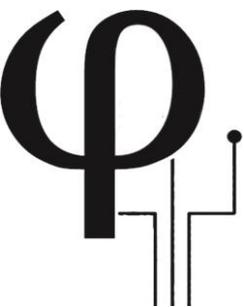


os insumos em algodão e máquinas. Segundo: ele [Ricardo] tirou conclusões de longo alcance da teoria do valor-trabalho, que eram essenciais para estabelecer a natureza de classe do capital. Ainda que a posição de classe de Smith e de Ricardo fosse a seu tempo progressiva, era todavia limitada pelas perspectivas da sociedade burguesa. Somente Marx pôde resolver o mistério do capital e do mais-valor.

Assim, as conquistas de Ricardo, que lhe valeram a imortalidade no desenvolvimento da teoria do valor, não lhe ajudaram em sua análise do capital. Seu ponto de vista a respeito do capital permanece superficial, mais superficial e estreito do que o de Smith. O último colocou a questão geral da natureza do capital, numa tentativa de identificar seu traço chave – sua habilidade de criar lucro. Ricardo não o fez, apesar de isso não significar que ele não era consciente da capacidade de o capital criar lucro. Com seu interesse pelas várias formas de capital, Smith terminou vítima da confusão. Ricardo conseguiu alcançar maior clareza porque limitou sua pesquisa ao capital produtivo, ignorando o capital mercadoria e o capital monetário. Por fim, de acordo com Ricardo, os vários componentes do capital produtivo são os elementos materiais do processo de produção (incluindo os meios de subsistência dos trabalhadores). Apesar de as definições de capital de Ricardo variarem, todas elas se reduzem à enumeração de componentes do capital. O ponto de vista “material” das obras de Ricardo era mais forte do que o de Smith. Isso se aplicou não apenas à definição geral de capital, mas também à teoria de sua divisão em capital fixo e circulante.

Smith dedicou um capítulo à parte à divisão entre capital fixo e circulante. Ricardo menciona isso apenas acidentalmente, em conexão com as assim chamadas “exceções” à lei do valor-trabalho. Segundo Ricardo, esses casos seriam exceções pois se dois produtos com insumo de trabalho idêntico aparecem no mercado em diferentes intervalos de tempo, o custo de um se diferenciaria do do outro. O autor cita exemplos em que dois capitais compostos apenas de capital circulante (ou variável) foram caracterizados por diferentes períodos de rotação. Entretanto, em sua opinião, o período de rotação dependeria sobretudo da forma do capital – se é fixo ou circulante. Quanto maior o capital fixo, maior o período de rotação.

Mas o que teria condicionado a diferença na taxa de rotação [*rate of turnover*] de ambas as formas de capital? Como afirmou Ricardo, a taxa de rotação depende da natureza dos elementos materiais que compõem as formas do capital. Capital fixo é



“capital investido em ferramentas, maquinário e edifícios”⁸, que se desgasta vagarosamente, após longo período de tempo. Em contraste com isso, o capital circulante é definido como “capital para dar suporte ao trabalho”⁹ e é sujeito a gasto rápido, consumido em curto período de tempo.

Essa definição mostra que Ricardo confundiu capital circulante com capital variável adiantado para pagamento de trabalho. Como ele provou que capital circulante (ou melhor, variável) era consumido rapidamente? Assim como Smith, ele considerou os meios de subsistência dos trabalhadores, sua comida, roupas etc., e não sua força de trabalho, como o elemento material do capital circulante. Ele, portanto, referiu-se ao fato de que os trabalhadores consomem rapidamente seus alimentos e roupas, “mercadorias mais perecíveis do que edifícios e máquinas”¹⁰.

Segue-se que a diferença entre capital fixo e circulante é determinada pela diferença na natureza de seus elementos materiais e pela taxa de seu uso e desgaste. Tudo no mundo é transitório, mas a taxa de seu consumo, ou de seu uso e desgaste, é diferente. Ricardo escreveu: “a comida e o vestuário consumidos pelo trabalhador, os edifícios nos quais ele trabalha, os insumos que assistem seu trabalho, todos são de natureza perecível. Há entretanto uma grande diferença no tempo em que esses capitais diferentes durarão: uma máquina a vapor durará mais do que um navio, este, mais do que a roupa do trabalhador, esta, mais do que a comida que ele consome. Se o capital é rapidamente perecível e requer reprodução frequente, ou é de consumo lento, então é classificado sob os tópicos de capital circulante ou fixo”¹¹. Nesse ponto, Ricardo fez um comentário importante, cujo sentido é esclarecido assim: “Uma divisão não essencial, na qual a linha de demarcação não pode ser claramente traçada”¹².

Podem parecer que as diferenças materiais entre os elementos do capital lançam para segundo plano as diferenças entre capital fixo e circulante. No caso de Ricardo, tal compreensão seria exagerada. Ainda que ele estivesse sobretudo preocupado com a taxa de depreciação física das máquinas e das roupas e a taxa de consumo de alimentos, ele ansiava por estabelecer os fatores que governam a taxa de rotação do capital fixo e circulante. Isso é evidente pelos argumentos de Ricardo sobre as exceções à lei do valor-trabalho, que se baseiam no tempo em que o capital é adiantado, i.e., no período de rotação

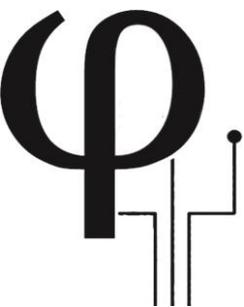
⁸ *Ibid.*, capítulo I, iv, p. 30.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*, capítulo I, iv, p. 31.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*, p. 31n.



do capital. Ainda que ele tivesse apenas uma ideia vaga a respeito do período de rotação do capital, ele o tinha em mente quando citou como exemplo o caso do padeiro. O capital do padeiro foi investido em trigo para fazer o pão, diz ele, então deveria retornar num tempo semanal para reinvestimento em trigo ou outro empreendimento. É verdade que Ricardo frequentemente confunde o período de rotação do capital com o período de depreciação física de seus elementos. Foi precisamente isso que arruinou sua teoria infundada sobre capital fixo e circulante.

Gostaria de evitar uma super-simplificação da concepção de Ricardo e extrair o núcleo contido nessa casca de fórmula ambígua. Nesse caso, a essência da matéria se reduzirá a duas teses diferentes: 1) a diferença econômica entre capital fixo e circulante consiste nos diferentes períodos nos quais são adiantados – para usar um termo posterior, desconhecido por Ricardo: a diferença consiste nos diferentes períodos de rotação; 2) a taxa de rotação de ambos os capitais depende completamente da “vida útil” de seus elementos materiais.

Externamente, a primeira tese pode parecer fazer sentido. Obviamente, o dinheiro que o proprietário do moinho de algodão gasta com algodão retorna em curto período, i.e., garante uma rotação rápida. Quando comparado com o dinheiro investido em edifícios e máquinas, pode parecer natural procurar por diferenças na taxa de rotação entre ambas as formas de capital. Procedendo da taxa de rotação (circulação), os economistas dividem o capital em capital circulante – caracterizado por uma taxa rápida – e capital fixo – caracterizado por uma taxa lenta de rotação.

Entretanto, pode-se notar que as taxas rápida ou lenta de rotação são categorias relativas que não proveem um critério infalível para a distinção entre os capitais fixo e circulante. Os períodos de rotação do capital variam enormemente dependendo do setor, do tipo de empreitada num setor, e da forma (parte) do capital numa determinada empresa. Pode haver um número infinito de insumos de capital caracterizados por diferentes períodos de rotação, mas é impossível dividi-los em dois grandes grupos (i.e., capital fixo e capital circulante) meramente traçando uma linha de demarcação entre eles.

Ricardo também enfrentou essa dificuldade. Ele não pôde fechar os olhos ao fato de que “o capital circulante pode circular ou retornar a seu dono em tempos muito díspares”¹³. O padeiro pode ter de volta após uma semana o dinheiro que ele investiu em trigo para assar pães e o fazendeiro pode ter de volta em um ano o dinheiro que investiu

¹³ *Ibid.*, p. 30.

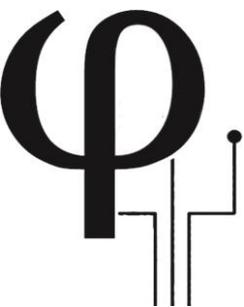
em sementes de trigo. Se em ambos casos esses insumos são considerados capital circulante, o ponto de vista de Ricardo fica insustentável. Portanto, escreve ele, “o trigo comprado pelo fazendeiro para semear é um capital fixo, quando comparado ao trigo adquirido pelo padeiro para fazer seus pães”¹⁴. Mas Ricardo não coloca os insumos de sementes do fazendeiro na categoria de capital fixo, como antes fizera Smith. O que Ricardo queria dizer era que, ainda que os insumos do fazendeiro fossem capital circulante, eles poderiam ser observados como capital fixo, quando comparados aos insumos do padeiro, que retornavam muito rapidamente. Ao mesmo tempo, Ricardo sustentou que insumos em capital fixo, caracterizados por uma taxa muito baixa de rotação, poderiam ser observados como capital circulante, quando comparados a insumos com um tempo de retorno muito maior.

Se os insumos em sementes podem ser observados como capital fixo e o insumo em um navio como capital circulante, é impossível dividir o capital em dois grandes grupos (fixo e circulante), meramente traçando uma linha de demarcação entre eles. No comentário acima, Ricardo chegou a essa conclusão contra a sua própria vontade. Ele apontou que isso era “[u]ma divisão não essencial, na qual a linha de demarcação não pode ser claramente traçada”¹⁵. Ricardo não teria formado essa opinião puramente negativa se não tivesse dividido o capital na base dos tempos de rotação, mas na base do modo de circulação e reprodução do valor, ou melhor, no método de transferência deste ao produto do trabalho. Os insumos em trigo, tanto do padeiro quanto do fazendeiro, são capital circulante porque, em ambos casos, o custo do trigo é transferido por completo ao produto durante o período de produção, sem importar se em uma semana ou um ano. Os insumos em navio ou motor a vapor, apesar de sua vida útil, são investimentos em capital fixo porque os custos do navio e do motor a vapor são transferidos ao produto pouco a pouco, gradualmente, no curso de muitos períodos de produção (ou, no caso do navio, períodos de transporte). O método de transferência do valor-capital (custo) ao produto é a linha de demarcação que Ricardo falhou em encontrar. A razão por trás disso é que Ricardo não tinha uma ideia clara sobre a circulação ou rotação do capital, que incluía os tempos de produção e de circulação.

Tendo adotado o tempo no qual o capital é adiantado como o critério para a divisão do capital, Ricardo na realidade retornou às ideias dos fisiocratas. Estes costumavam dividir os adiantamentos em anuais e iniciais (i.e., fundos adiantados para um período de

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*, p. 31n.



vários anos). No caso dos fisiocratas essa divisão se justificava, pois na agricultura o período de produção é determinado por condições naturais. Na indústria, o período de produção e, portanto, o de rotação do capital, é diferente em cada setor. Talvez Smith tenha pressentido isso vagamente. Eis por que ele não aplicou à indústria o mesmo princípio de divisão dos insumos de capital em curto prazo e longo prazo, conforme introduzido pelos fisiocratas. Diferentemente dos fisiocratas, Smith prestou bastante atenção não apenas ao capital produtivo, mas também ao capital-mercadoria. Ele erroneamente tentou encaixar essas duas formas de capital no esquema dos dois elementos de capital (fixo e circulante), aplicável apenas ao capital produtivo. Discordando do ponto de vista dos fisiocratas, Smith formulou uma conclusão centralmente infundada sobre o capital fixo não participar do processo de circulação. Discordando de Smith, Ricardo desconsiderou o capital-mercadoria, mas dividiu o capital produtivo em duas partes, com base no tempo pelo qual cada um é adiantado. Na indústria, os períodos em que os capitais são adiantados varia muito, a depender do setor e das formas (partes) do capital. Portanto, ao distinguir do princípio dos fisiocratas, a divisão de Ricardo foi de caráter muito indefinido. Ele finalmente admitiu que não poderia traçar uma linha de demarcação entre capital fixo e circulante.

Na teoria da divisão do capital, Ricardo estava um passo atrás em relação aos fisiocratas, mas estava à frente de Smith pois adotou o padrão dos fisiocratas. A perspectiva de Smith era mais ampla. Ele cobriu uma ampla gama de formas de capital e seu trabalho é rico em conteúdo. Mas seu padrão não é teoricamente consistente. Ele é confuso, contraditório e errante sobretudo porque Smith confundiu capital circulante com capital mercadoria. Ele não se prestou à correção. Ricardo, ou melhor, a divisão de capital dos fisiocratas, separando os insumos em insumos de curto e de longo prazos, apesar de seus erros, tinha um núcleo racional e se prestava à correção. De fato, no mesmo setor, capital fixo é adiantado por um período mais longo, se comparado ao circulante, mas isso é graças ao fato de que o capital circulante é consumido num único ciclo de produção e o capital fixo no curso de vários ciclos. Os adiantamentos de formas (partes) diferentes do mesmo capital por um tempo longo ou curto são um traço secundário, derivado, que reflete a distinção entre consumo completo de certos elementos de capital (como objetos de trabalho, força de trabalho e matérias auxiliares) durante um período (ciclo) dado de produção e o consumo gradual, de outros elementos (implementos de trabalho) no curso de vários períodos (ciclos).



Se os fisiocratas estavam pouco cientes disso, Ricardo não estava. Ele tentou encontrar a resposta no lugar errado. Ele pensou que o período longo ou curto de investimento de capital dependia da diferença de duração da “vida útil” dos elementos formadores do capital. Em vez de tentar estabelecer o papel que os vários elementos materiais do capital (instrumentos de trabalho, matéria prima, força de trabalho etc.) desempenhavam no processo de produção, ele os organizou segundo a duração de sua vida útil (motor a vapor, navio, vestimento, comida etc.). Ele estudou o motor a vapor não como um instrumento de produção que desempenhava uma função específica no curso de muitos períodos (ciclos), mas como um equipamento feito de materiais muito duráveis, e, portanto, dotado de longa vida útil. Foi a durabilidade do material que localizou o motor a vapor na categoria de capital fixo, ao passo que a “vida curta” localizou os alimentos e o vestuário na categoria de capital circulante.

Esclareci acima que a duração da vida útil (durabilidade) é uma qualidade relativa que não provê um critério confiável para a divisão do capital em dois grandes grupos (capital fixo e circulante). Outra tese equivocada da teoria de Ricardo é a sua afirmação de que o período pelo qual o capital é adiantado depende da durabilidade física dos elementos. Ele estava correto ao afirmar que um instrumento de trabalho pode realizar sua função no curso de muito períodos (ciclos) de produção apenas se é feito de material duradouro. “A durabilidade de seu material é portanto uma condição de sua função como instrumento de trabalho, e, conseqüentemente, a base material do modo de circulação que o torna capital fixo”¹⁶. Isso, entretanto, não significa que a durabilidade do metal num motor a vapor lhe dê o caráter de capital fixo. Numa fábrica metalúrgica, um metal igualmente forte formará um elemento do capital circulante se for objeto de trabalho ou matéria prima. “Conseqüentemente, não é por causa do material, de sua natureza física, nem por causa da velocidade relativamente grande ou pequena em que se dissipa, que o metal é colocado aqui na categoria de capital fixo e ali na de capital circulante. A distinção, na realidade, se dá graças ao papel desempenhado por ele no processo de produção, sendo objeto de trabalho em um caso e instrumento de trabalho no outro”¹⁷.

O tratamento dado ao capital circulante por Ricardo também foi equivocado. Primeiro, ele substituiu o capital circulante por remuneração do trabalho, i.e., capital variável. Então substituiu o alimento dos trabalhadores e itens de vestimento por capital variável. Apenas após isso Ricardo poderia desenvolver os seus argumentos sobre a

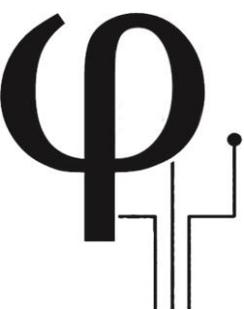
¹⁶ MARX, K., *Capital*, livro II. New York: International Publishers, 1972, capítulo XI, p. 221.

¹⁷ *Ibid.*, p. 220.



durabilidade física dos materiais. De acordo com ele, o capital para a remuneração do trabalho era capital circulante apenas porque o alimento é perecível e as roupas não duram muito. Mas o trabalhador despende seu salário não apenas em comida e roupas, e sim também em móveis, camas de metal, utensílios de metal e outros itens domiciliares. Alguns desses itens não são inferiores, no quesito durabilidade, se comparados às máquinas. Então, por que Ricardo inclui salários em capital circulante? Ele não poderia sustentar a sua própria visão quanto a isso. Antes ele tinha em mente o tempo em que os vários elementos do capital serviam ao capitalista. Mas agora, numa tentativa de provar que salários eram parte do capital circulante, Ricardo disse que comida e roupas dos trabalhadores eram itens de “vida curta”. O capitalista estaria preocupado com isso? Faria diferença para o capitalista se o trabalhador despendesse o seu salário em itens duráveis ou não duráveis? A categoria de capital (fixo ou circulante) dependeria daquilo em que o trabalhador quer despende seu salário? Tais questões mostram claramente que, do ponto de vista da teoria de Ricardo, é impossível explicar por que o capital para remuneração de trabalho deve ser considerado como capital circulante.

[fim]



REFERÊNCIAS

MARX, K. *Capital*: livro II. New York: International Publishers, 1972.

RICARDO, D. On the principles of political economy and taxation. *In: Works*.
Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

